



# Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre - RS

**PARECER JURÍDICO Nº 53/2024**

**Departamento Jurídico**

O presente expediente visa auxiliar de forma rápida e sem tautologia os critérios técnicos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa necessários a tramitação, discussão e aprovação de texto posto a análise do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre/RS.

### **1. RELATÓRIO.**

Trata-se projeto de Lei nº 047, de 05 de junho de 2024, que busca autorização para o Poder Executivo incluir no PPA e LDO, e a abrir crédito especial no montante de R\$ 60.000,00 (...).

É o breve relatório.

### **2. ANÁLISE PRELIMINAR.**

A matéria comporta a seguinte orientação técnica.

#### **2.1. Da Competência**

Inicialmente vale o registro de que a norma fora proposta pelo Executivo Municipal para apreciação do Parlamento Local sobre a autorização para incluir no PPA e na LDO, meta e objetivo e abrir crédito especial no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), obedecida à classificação orçamentária, para a contratação de novas Equipe Multiprofissional de Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde, visando à ampliação e qualificação dos atendimentos em saúde mental à que alude a Portaria SES/RS, nº 300, de 10 de maio de 2024. Assim, resta configurado, nos termos do art. 30, I da CF/88, o interesse local para legislar.

#### **2.2. Da Iniciativa**

O projeto de lei em análise está dentre aquelas matérias em que há reserva de iniciativa – Art. 61, §1º, inciso II CF/88.

#### **2.3. Da técnica Legislativa**

A presente proposta em que pese adequada, contempla a totalidade das disposições contidas na Lei Complementar nº 95/98 e alterações que cristalizaram disposições de forma e conteúdo a serem observadas na elaboração dos textos legais.



# Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre - RS

Dito isso, sem medo de séria contestação, tenho que resta assegurada a Competência legislativa em favor da Municipalidade e a Iniciativa em favor do proponente, não havendo de se falar vício formal de qualquer ordem quanto a estes. Da mesma forma, não há reparações, *s. m. j.*, no tocante a redação apresentada pois nesta presente clareza, precisão e ordem lógica.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA.

No tocante a análise de conteúdo trata-se de medida possível de ser apreciada em plenário não havendo óbice a sua tramitação.

### 4. CONCLUSÃO.

Assim sendo, inevitável o encaminhamento da conclusão da presente orientação ao Legislativo quanto ao seu aspecto formal, já atende as disposições Constitucionais, bem como as demais disposições legais, estando apto para ser submetido à apreciação e deliberação plenária pelos Vereadores.

É a orientação técnica. Segue a consideração superior.

Arroio do Tigre/RS, 07/06/2024.

**CARLOS HENRIQUE MAINARDI**

OAB/RS 94.298

Assessor Jurídico

06-11

ARROIO DO TIGRE

1963